



# **SENADO FEDERAL**

## **COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA**

### **PAUTA DA 7ª REUNIÃO**

**(3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura)**

**23/04/2025  
QUARTA-FEIRA  
imediatamente após a Audiência Pública  
Conjunta CCT/CTFC**

**Presidente: Senador Flávio Arns  
Vice-Presidente: VAGO**



**Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática**

**7ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA  
DA 57ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 23/04/2025.**

**7ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA**

***quarta-feira, imediatamente após a***

# **SUMÁRIO**

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	REQ 7/2025 - CCT - Não Terminativo -		7
2	REQ 8/2025 - CCT - Não Terminativo -		10
3	REQ 9/2025 - CCT - Não Terminativo -		13
4	REQ 10/2025 - CCT - Não Terminativo -		16
5	REQ 11/2025 - CCT - Não Terminativo -		20
6	REQ 12/2025 - CCT - Não Terminativo -		23

## COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns

VICE-PRESIDENTE: VAGO

(17 titulares e 17 suplentes)

TITULARES			SUPLENTE
<b>Bloco Parlamentar Democracia(MDB, PSDB, PODEMOS, UNIÃO)</b>			
Confúcio Moura(MDB)(10)(7)	RO 3303-2470 / 2163	1 Alessandro Vieira(MDB)(10)(7)	SE 3303-9011 / 9014 / 9019
Efraim Filho(UNIÃO)(10)	PB 3303-5934 / 5931	2 Esperidião Amin(PP)(10)(12)	SC 3303-6446 / 6447 / 6454
VAGO(10)(11)(2)		3 VAGO(10)(2)	
Marcos do Val(PODEMOS)(10)(9)	ES 3303-6747 / 6753	4 VAGO(10)	
Oriovisto Guimarães(PSDB)(10)(8)	PR 3303-1635	5 VAGO(10)(8)	
<b>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PSB, PSD)</b>			
Flávio Arns(PSB)(3)	PR 3303-6301	1 VAGO	
Daniella Ribeiro(S/Partido)(3)	PB 3303-6788 / 6790	2 Sérgio Petecão(PSD)(3)	AC 3303-4086 / 6708 / 6709
Vanderlan Cardoso(PSD)(3)	GO 3303-2092 / 2099	3 Lucas Barreto(PSD)(3)	AP 3303-4851
Chico Rodrigues(PSB)(3)	RR 3303-2281	4 VAGO	
<b>Bloco Parlamentar Vanguarda(PL, NOVO)</b>			
Astronauta Marcos Pontes(PL)(1)	SP 3303-1177 / 1797	1 Carlos Portinho(PL)(1)	RJ 3303-6640 / 6613
Dra. Eudócia(PL)(1)	AL 3303-6083	2 Wellington Fagundes(PL)(1)	MT 3303-6219 / 3778 / 3772 / 6209 / 6213 / 3775
Izalci Lucas(PL)(1)	DF 3303-6049 / 6050	3 VAGO	
<b>Bloco Parlamentar Pelo Brasil(PDT, PT)</b>			
Teresa Leitão(PT)(5)	PE 3303-2423	1 Randolfe Rodrigues(PT)(5)	AP 3303-6777 / 6568
Beto Faro(PT)(5)	PA 3303-5220	2 Paulo Paim(PT)(5)	RS 3303-5232 / 5231 / 5230 / 5235
VAGO		3 Weverton(PDT)(5)	MA 3303-4161 / 1655
<b>Bloco Parlamentar Aliança(PP, REPUBLICANOS)</b>			
Dr. Hiran(PP)(4)	RR 3303-6251	1 Ciro Nogueira(PP)(4)	PI 3303-6187 / 6188 / 6183
Hamilton Mourão(REPUBLICANOS)(4)(13)	RS 3303-1837	2 Cleitinho(REPUBLICANOS)(4)(13)	MG 3303-3811

- (1) Em 18.02.2025, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Dra. Eudócia e Izalci Lucas foram designados membros titulares, e os Senadores Carlos Portinho e Wellington Fagundes membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 008/2025-BLVANG).
- (2) Em 18.02.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, e o Senador Jayme Campos membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2025-GLUNIAO).
- (3) Em 18.02.2025, os Senadores Flávio Arns, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Sérgio Petecão e Lucas Barreto membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).
- (4) Em 18.02.2025, os Senadores Dr. Hiran e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Ciro Nogueira e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. 002/2025-GABLID/BLALIAN).
- (5) Em 18.02.2025, os Senadores Teresa Leitão e Beto Faro foram designados membros titulares, e os Senadores Randolfe Rodrigues, Paulo Paim e Weverton membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 026/2025-GLPDT).
- (6) Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Flávio Arns Presidente deste colegiado (Of. 1/2025-SACCT).
- (7) Em 19.02.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 015/2025-GLMDB).
- (8) Em 19.02.2025, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular e o Senador Plínio Valério, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
- (9) Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-GLPODEMOS).
- (10) Em 19.02.2025, os Senadores Confúcio Moura, Efraim Filho, Marcio Bittar, Marcos Do Val e Oriovisto Guimarães foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira e Plínio Valério membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 006/2025-BLDEM).
- (11) Em 20.02.2025, o Senador Marcio Bittar deixou de compor a Comissão (Of. nº 009/2025-BLDEM).
- (12) Em 19.03.2025, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Plínio Valério, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 024/2025-BLDEM).
- (13) Em 11.04.2025, o Senador Hamilton Mourão passa a ocupar a vaga de titular, em substituição ao Senador Cleitinho, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 17/2025-GABLID/BLALIAN).

REUNIÕES ORDINÁRIAS: QUARTAS-FEIRAS 11:00  
 SECRETÁRIO(A): LEOMAR DINIZ  
 TELEFONE-SECRETARIA: 3303-1120  
 FAX:

TELEFONE - SALA DE REUNIÕES: 3303-1120  
 E-MAIL: cct@senado.leg.br



**SENADO FEDERAL**  
**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA**  
**57ª LEGISLATURA**

Em 23 de abril de 2025  
(quarta-feira)  
imediatamente após a Audiência Pública Conjunta CCT/CTFC

**PAUTA**

7ª Reunião, Extraordinária

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E**  
**INFORMÁTICA - CCT**

	Deliberativa
<b>Local</b>	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

# PAUTA

## ITEM 1

### REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 7, DE 2025

*Requer, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática avalie o seguinte tema: Inteligência Artificial no Brasil: impacto das políticas públicas para seu desenvolvimento e bem-estar da população, no exercício de 2025.*

**Autoria:** Senador Astronauta Marcos Pontes

**Textos da pauta:**

[Requerimento](#) (CCT)

## ITEM 2

### REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 8, DE 2025

*Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o futuro do Programa Espacial Brasileiro (PEB).*

**Autoria:** Senador Flávio Arns

**Textos da pauta:**

[Requerimento](#) (CCT)

## ITEM 3

### REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 9, DE 2025

*Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre o monitoramento do desmatamento de biomas.*

**Autoria:** Senador Flávio Arns

**Textos da pauta:**

[Requerimento](#) (CCT)

## ITEM 4

### REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 10, DE 2025

*Requer a criação de Subcomissão Permanente, composta de 3 (três) membros titulares e igual número de suplentes, com o objetivo de propor, debater e acompanhar políticas públicas e iniciativas legislativas que promovam a conservação e o desenvolvimento sustentável do Pantanal, com ênfase na aplicação de soluções científicas e tecnológicas voltadas à preservação ambiental, ao fortalecimento do agronegócio sustentável e ao desenvolvimento da bioeconomia regional.*

**Autoria:** Senador Wellington Fagundes

**Textos da pauta:**

[Requerimento](#) (CCT)

## ITEM 5

### REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 11, DE 2025

*Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o papel do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) frente à escalada dos desastres naturais decorrentes do aquecimento global, bem como as perspectivas estratégicas do órgão para os próximos anos.*

**Autoria:** Senador Flávio Arns

**Textos da pauta:**

[Requerimento](#) (CCT)

## ITEM 6

### REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA Nº 12, DE 2025

*Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 3018/2024, que “dispõe sobre a regulamentação dos data centers de inteligência artificial”.*

**Autoria:** Senador Vanderlan Cardoso

**Textos da pauta:**

[Requerimento](#) (CCT)

1



SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Astronauta Marcos Pontes

## REQUERIMENTO Nº DE - CCT

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática avalie o seguinte tema: **Inteligência Artificial no Brasil: impacto das políticas públicas para seu desenvolvimento e bem-estar da população**, no exercício de 2025.

### JUSTIFICAÇÃO

A Inteligência Artificial (IA) tem se consolidado como uma das tecnologias mais transformadoras do século XXI, impactando setores estratégicos como saúde, educação, segurança, mobilidade urbana, indústria e serviços. Seu desenvolvimento e adoção responsável podem trazer ganhos significativos para a produtividade, eficiência dos serviços públicos e qualidade de vida da população.

Reconhecendo esse potencial, o Governo Federal tem implementado políticas públicas voltadas para a promoção da IA no Brasil. Entre as principais iniciativas, destacam-se:

**1. Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial (EBIA):** Lançada em 2021, a EBIA estabelece diretrizes para o uso ético e responsável da IA, promovendo investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação. Seus principais objetivos incluem:

- Elaboração de princípios éticos para o desenvolvimento e uso responsável da IA;





- Promoção de investimentos sustentados em pesquisa e inovação;
- Capacitação e formação de profissionais para o ecossistema de IA;
- Fortalecimento da cooperação entre setor público, privado e centros de pesquisa;
- Criação de centros de inteligência artificial voltados para setores estratégicos, como Saúde 4.0, Indústria 4.0, Agro 4.0 e Cidades Inteligentes 4.0.

## **2. Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBIA) 2024-2028:**

Anunciado em 2024, esse plano prevê um investimento de R\$ 23 bilhões ao longo de quatro anos, com ações voltadas para:

- Promoção da inovação alinhada a princípios como bem-estar social, sustentabilidade e ética.
- Desenvolvimento de um modelo de linguagem próprio em português (LLM), fortalecendo a soberania digital do Brasil;
- Expansão do supercomputador Santos Dumont, tornando-o um dos cinco maiores do mundo;
- Desenvolvimento de soluções de IA para aprimorar serviços públicos e a qualidade de vida da população.

Diante dessas iniciativas, torna-se essencial que a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática avalie o impacto das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da Inteligência Artificial no Brasil. Essa análise permitirá identificar avanços, desafios e oportunidades, garantindo que o país aproveite plenamente o potencial transformador da IA, não apenas para o crescimento econômico, mas também para o bem-estar da população.

Sala da Comissão, 6 de março de 2025.

**Senador Astronauta Marcos Pontes**  
(PL - SP)



2



SENADO FEDERAL

**REQUERIMENTO Nº DE - CCT**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o futuro do Programa Espacial Brasileiro (PEB).

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

- representante do INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.;
- representante da AEB - Agência Espacial Brasileira;
- representante da FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos;
- representante do SINDCT - Sindicato dos Servidores Públicos Federais na Área de Ciência e Tecnologia do Setor Aeroespacial.

**JUSTIFICAÇÃO**

O Programa Espacial Brasileiro (PEB) é um conjunto de políticas e instituições que visam ao desenvolvimento de tecnologias espaciais no Brasil. O programa envolve a construção de foguetes, satélites, centros de lançamento e a participação em missões espaciais.

O Brasil se tornou líder mundial em monitoramento ambiental por satélite. Em comparação com outros países do BRICs+ como Rússia e China, o programa espacial brasileiro é aquele que dá maior retorno à sociedade. Destaque para o Programa DETER, importante pelo foco, mas estratégico com total transparência de dados para a governança ambiental.



Diante disso, é fundamental ampliar o orçamento do setor e reposição de pessoal, fortalecer a cooperação internacional, priorizar missões científicas de alto nível, atrair e reter talentos, fortalecer a governança e melhorar a comunicação sobre a importância do programa espacial.

Sala da Comissão,                      de                      de                      .

**Senador Flávio Arns**  
**(PSB - PR)**



3



SENADO FEDERAL

**REQUERIMENTO Nº DE - CCT**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater sobre o monitoramento do desmatamento de biomas.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

- o Senhor Claudio Almeida, Coordenador do Programa de Monitoramento da Amazônia e Demais Biomas Brasileiros;
- o Senhor Gilberto Câmara, cientista de dados e um dos criadores dos sistemas de monitoramento de biomas do INPE;
- representante do Ministério do Meio Ambiente.

**JUSTIFICAÇÃO**

O Brasil possui vários programas de monitoramento do desmatamento de biomas, como o PRODES, o DETER, o PMABB, o MapBiomas Alerta e o BiomasBR.

O principal é o sistema PRODES-DETER, que desde 1988 monitora o desmatamento da Floresta Amazônica e graças à sua atuação, permitiu que o Governo Federal implementasse programas de combate ao desmatamento, que reduziu a taxa de desmatamento, de 27.772 km<sup>2</sup> em 2004 para 4.500 km<sup>2</sup> em 2013. Em 2016 a taxa voltou a subir, atingindo mais de 13.000 km<sup>2</sup> em 2021, mas hoje está na faixa de 6.000 km<sup>2</sup>.



Assim, a presente audiência pública visa a análise dos programas de monitoramento, para que possam apontar as movimentações necessárias para a preservação de nossos biomas e meio ambiente.

Sala da Comissão,                      de                      de                      .

**Senador Flávio Arns**  
**(PSB - PR)**



4





SENADO FEDERAL  
Gabinete do Senador Wellington Fagundes

**REQUERIMENTO Nº DE - CCT**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Subcomissão Permanente, composta de 3 (três) membros titulares e igual número de suplentes, com o objetivo de propor, debater e acompanhar políticas públicas e iniciativas legislativas que promovam a conservação e o desenvolvimento sustentável do Pantanal, com ênfase na aplicação de soluções científicas e tecnológicas voltadas à preservação ambiental, ao fortalecimento do agronegócio sustentável e ao desenvolvimento da bioeconomia regional.

**JUSTIFICAÇÃO**

O Pantanal, reconhecido como Patrimônio Nacional pela Constituição Federal e Reserva da Biosfera pela UNESCO, é a maior planície alagável tropical do mundo. Esse bioma abriga uma biodiversidade única, com milhares de espécies de flora e de fauna, muitas delas endêmicas ou ameaçadas de extinção. Além de seu valor ecológico insubstituível, essa região desempenha um papel importante na regulação do clima, na manutenção de recursos hídricos e na sustentação de atividades econômicas essenciais, como a agropecuária, o turismo e a pesca.

No entanto, o Pantanal enfrenta desafios sem precedentes: as mudanças climáticas (com secas e incêndios recordes), o avanço de práticas agropecuárias insustentáveis, a degradação de habitats e a falta de integração



entre políticas públicas e conhecimento científico. Essas ameaças exigem respostas urgentes e inovadoras, que sejam capazes de harmonizar a conservação ambiental com o desenvolvimento socioeconômico da região.

A criação desta **Subcomissão de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável do Pantanal** justifica-se pela necessidade de:

1. **Fortalecer a base científica para políticas públicas:** A ciência é a ferramenta mais eficaz para entender os impactos das mudanças climáticas, monitorar a biodiversidade e desenvolver tecnologias adaptativas. A Subcomissão permitirá articular pesquisas e dados técnicos para embasar legislações e programas que combatam ameaças como incêndios, erosão de solos e perda de espécies.
2. **Promover tecnologias sustentáveis:** Inovações em agricultura de baixo carbono, sistemas de alerta precoce para desastres, manejo integrado de água e de energia renovável podem transformar a produção rural, de modo a reduzir pressões sobre o ecossistema. A bioeconomia, com aproveitamento sustentável de recursos naturais (como plantas medicinais e turismo ecológico), oferece oportunidades econômicas que se coadunam à preservação.
3. **Integrar atores e recursos:** A Subcomissão servirá como fórum para unir governo, academia, setor privado, agronegócio, comunidades tradicionais e organizações ambientais, o que garante que as soluções propostas sejam inclusivas e adaptadas à realidade local. Isso inclui o diálogo com povos indígenas e com ribeirinhos, detentores de conhecimento ancestral sobre o bioma.
4. **Antecipar crises e mitigar riscos:** A experiência recente de incêndios catastróficos (como em 2024) evidenciou a falta de infraestrutura tecnológica e de planejamento preventivo. A



Subcomissão pode propor sistemas tecnológicos de inteligência artificial para monitoramento em tempo real, além de políticas de restauração de áreas degradadas.

5. **Posicionar o Brasil como líder em sustentabilidade:** A conservação do Pantanal é estratégica para o cumprimento de acordos internacionais (Acordo de Paris e as Metas de Biodiversidade da ONU). Por sua vez, reforça a imagem do país como potência ambiental e atrai investimentos verdes globais, fortalecendo, dessa forma, a economia do País.

Em síntese, a criação da **Subcomissão de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável do Pantanal** é uma medida relevante para garantir a proteção e o desenvolvimento sustentável deste bioma vital. Com a integração de ciência, tecnologia e inovação, é possível enfrentar os desafios ambientais e socioeconômicos, de maneira a promover um futuro sustentável para o Pantanal e para suas comunidades.

Sala da Comissão, 9 de abril de 2025.

**Senador Wellington Fagundes**  
**(PL - MT)**  
**Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda**



5

**REQUERIMENTO Nº DE - CCT**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o papel do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) frente à escalada dos desastres naturais decorrentes do aquecimento global, bem como as perspectivas estratégicas do órgão para os próximos anos. .

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

- a Senhora Regina Célia dos Santos Álvala, Diretora do Cemaden;
- o Senhor Carlos Afonso Nobre, Criador do Cemaden e cientista ambiental;
- o Senhor Jose Marengo, cientista especialista no monitoramento da elevação do nível do mar devido ao derretimento das calotas polares;
- representante MCTI — Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

**JUSTIFICAÇÃO**

O Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) é um órgão do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) que monitora e prevê desastres naturais no Brasil, além de gerenciar a atuação do governo em caso de ocorrências.



É missão institucional do Cemaden a previsão e riscos de desastres naturais, o monitoramento de áreas de risco em municípios vulneráveis, a elaboração de alertas de desastres naturais, o desenvolvimento de sistemas de observação e modelos computacionais e a divulgação de estudos sobre desastres naturais.

Uma das tragédias de maior impacto sobre a população mais vulnerável é a elevação do nível do mar, que poderá desalojar um grande contingente de população ribeirinha. Diante disso, se faz necessária a definição de estratégias para acompanhamento e contingência do avanço do aquecimento global.

Sala da Comissão, 16 de abril de 2025.

**Senador Flávio Arns**  
**(PSB - PR)**



6

**REQUERIMENTO Nº DE - CCT**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 3018/2024, que “dispõe sobre a regulamentação dos data centers de inteligência artificial”.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

- o Senhor Luis Tossi, Vice-Presidente da Associação Brasileira de Data Center;
- o Senhor Gleysson Klynger de Moura Araujo, CEO da Everest Digital;
- representante Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);
- o Senhor Celso Camilo, Professor da Universidade Federal do Goiás e ex-Secretário de Desenvolvimento Econômico Ciência e Tecnologia de Goiânia;
- representante Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação;
- representante Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços;
- representante Ministério da Fazenda;
- representante Ministério de Minas e Energia.

**JUSTIFICAÇÃO**

Vem a esta Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) o Projeto de Lei (PL) nº 3.018, de 2024, que visa a regulamentar a operação dos data centers voltados para aplicações de inteligência artificial, com





destaque para aspectos como eficiência energética, sustentabilidade ambiental e responsabilidade no uso dessas tecnologias.

A rápida expansão tecnológica e o aumento da dependência dos serviços digitais, especialmente os vinculados à inteligência artificial, trazem consigo impactos significativos, especialmente em termos de segurança digital, de privacidade dos usuários e de consumo energético. Data centers, instalações essenciais para operação contínua de sistemas em diversas áreas econômicas, apresentam desafios relacionados ao seu elevado consumo de energia elétrica, ao potencial risco ambiental e à segurança cibernética.

Diante da relevância do tema para infraestrutura tecnológica e energética nacional, é fundamental debater, amplamente, os impactos dessa regulamentação proposta. Nesse sentido, deve-se ouvir autoridades governamentais, representantes da iniciativa privada e especialistas técnicos e acadêmicos.

A realização desta audiência pública proporcionará maior clareza quanto às implicações e aos benefícios potenciais do PL nº 3.018, de 2024, o que permitirá a construção de um ambiente regulatório adequado, equilibrado e alinhado às necessidades estratégicas e sustentáveis do país.

Nesses termos, rogo aos Nobres Senadores o apoio para a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão,                      de    de    .

**Senador Vanderlan Cardoso**  
**Relator**

